

## A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE TRANPARÊNCIA NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

*Ivana Cazanatto dos Santos*<sup>6</sup>

*Arlei Roberto Fredo*<sup>7</sup>

*Gisele Sartori*<sup>8</sup>

*Rodrigo Bado*<sup>9</sup>

**RESUMO:** O terceiro setor é composto por entidades de natureza privada que não possuem a finalidade de lucro e surgiram diante da incapacidade do Estado em solucionar os problemas sociais, como, por exemplo, a pobreza, desigualdade social, violência, entre outros. Os recursos são adquiridos através de doações de pessoas físicas e/ou jurídicas; pelos órgãos governamentais; por meio dos serviços voluntários e eventos. Sendo assim a prestação de contas e transparência são elementos essenciais para essas instituições conquistarem seus financiadores, e, assim, obterem preferências nas doações de pessoas físicas e/ou jurídicas. O presente trabalho teve por objetivo verificar se as entidades do terceiro setor utilizam a contabilidade como instrumento de transparência das informações econômicas-financeiras. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva exploratória e um estudo de caso múltiplo com a aplicação de um questionário junto aos profissionais administrativo financeiro e coordenadoria de quatro entidades enquadradas no terceiro setor. Concluiu-se que a contabilidade é um instrumento de transparência, pois através dela é possível ter o conhecimento do andamento da entidade para os seus financiadores e comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade do terceiro setor, Prestação de contas transparência.

<sup>6</sup> Graduanda em Ciências Contábeis – Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL).

<sup>7</sup> Graduado em Ciências Contábeis – UCS – Brasil. Mestrando em Administração - Universidade de Caxias do Sul – UCS

<sup>8</sup> Graduado em Ciências Contábeis – UCS – Brasil. Mestrando em Administração - Universidade de Caxias do Sul – UCS

<sup>9</sup> Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade de Caxias do Sul– UCS. Mestrando em Administração - Universidade de Caxias do Sul – UCS

**ABSTRACT:** The third sector is composed by private nature entities that do not have profit purpose and arose due to the State's inability to solve social problems, such as, for example, poverty, social inequality, violence, among others. The funds are acquired through donations from individuals and / or legal entities; government agencies; through volunteer services and events. Thus, accountability and transparency are essential elements for these institutions to win over their financiers, and thus obtain preferences in donations from individuals and / or legal entities. This study aimed to verify whether third sector entities use accounting as an instrument for economic and financial information transparency. To this end, a qualitative, descriptive exploratory research and a multiple case study were carried out with the application of a questionnaire with the financial administrative and coordinating professionals of four entities in the third sector. It was concluded that accounting is an instrument of transparency, because through it it is possible to have knowledge of the entity's progress for its financiers and community.

**KEYWORDS:** Third sector accounting, Provision of accounts and Transparency.

## 1 INTRODUÇÃO

O que discerne o contexto econômico são três setores distintos denominados primeiro setor, segundo setor e por fim, o terceiro setor, de acordo com Monser et al. (2018). Paes (2018) conceitua o terceiro setor como “o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento”. Essas organizações podem contribuir para amenizar os problemas sociais da sociedade.

Prestar contas está entre as obrigações fundamentais dos administradores das instituições sem fins lucrativos, sendo que essas são direcionadas para o próprio órgão deliberativo da entidade, e, por fim, ao Poder Público, através dos diversos órgãos governamentais, conforme a natureza jurídica, registros, títulos e certificados que pleiteiam ou possuam (GRAZIOLLI et al.,2015).

Na visão de Carneiro et al. (2011), a utilização da contabilidade para divulgação detalhada de informações à comunidade por meio das demonstrações contábeis e relatórios gerenciais contribui para a transparência da entidade, e é por meio dessa transparência que as organizações demonstram quais são seus objetivos.

Essa pesquisa tem como objetivo geral verificar se as entidades do terceiro setor utilizam a contabilidade como instrumento de transparência das informações econômicas-financeiras. O artigo está estruturado em quatro partes. A primeira parte faz uma revisão teórica sobre o terceiro setor, aspectos contábeis do terceiro setor e a prestação de contas, *accountability* das entidades do terceiro setor. A segunda parte discorre sobre os procedimentos metodológicos que orientaram esta pesquisa. A terceira parte descreve os resultados encontrados. Na quarta parte são apresentadas as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Emprega-se a nomenclatura terceiro setor no âmbito de uma tipologia organizacional que qualifica as organizações em três setores distintos, em conformidade com as características que lhes são inerentes; deste modo, o primeiro setor é representado pelo Estado que abrange as instituições não governamentais, e o segundo, as empresas privadas com finalidade de obtenção de lucro (mercado) (SLOMSKI, et. al. 2017).

Destarte, Paes (2018) reconhece o terceiro setor como aquele que não é público e nem privado, no sentido convencional desses termos; entretanto, o terceiro setor configura uma junção de ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Isto é, é composto por entidades de natureza “privada” (sem a finalidade lucro) aplicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração Estatal).

Condizente ao que Paes afirma, Slomski et al. (2017) compreende o terceiro setor como uma conjunção do primeiro com o segundo setor, pois as entidades que compõem o terceiro setor possuem características tanto do Estado quanto do mercado. Pode-se compreender a afirmação de Paes e Slomski através da figura 1.

Figura 1 - Conjunção dos Setores (Modelo trissetorial)



Fonte: Adaptado de [Slomski et. al. \(2017\)](#).

## 2.1 Breve histórico sobre o desenvolvimento do terceiro setor no Brasil

As entidades sem fins lucrativos iniciaram sua atuação na sociedade brasileira no final do século XIX, enquanto que as organizações não governamentais (ONGs) surgiram nas décadas de 60 e 70, período marcado pelas restrições político-partidárias impostas pelos governos militares. Essas organizações tiveram papel relevante enquanto catalisadoras dos movimentos e aspirações sociais e políticas da população brasileira. (BNDES, 2001)

Falconer (1999) declara que, no Brasil, o terceiro setor surgiu na década de 1990 com a promessa da renovação do espaço público, resgatar a solidariedade, a cidadania, a humanização do capitalismo, e ainda se possível a superação da pobreza. A promessa foi realizada através do voluntariado e filantropia, revestidas de uma roupagem empresarial.

As organizações do terceiro setor surgiram como uma alternativa para suprir a ausência do Estado diante de sua ineficiência no cuidado dos problemas socioeconômicos de acordo com Freitag (2014). Uma das primeiras entidades sem fins lucrativos segundo o autor, são as chamadas organizações não governamentais (ONGs), que se tornaram populares no início da década de 1990.

A origem do terceiro setor no contexto brasileiro fundamenta-se nos princípios da filantropia e da caridade religiosa, sendo que, as primeiras organizações da sociedade civil nacional foram as Santas Casas de Misericórdia, que remontam aos meados do século XVI (SILVA, 2010).

Em concordância com Silva (2010), afirma que no Brasil, a história evidencia que a primeira instituição, filantrópica e privada, foi a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, localizada em São Paulo (SP).

No entendimento de Cabral (2007) a atuação direta do Estado na área social era restrita, basicamente, a atendimentos emergenciais às camadas carentes da população. Esses atendimentos, apoiava-se em um modelo importado pelas Casas de Misericórdias portuguesas, de iniciativas caritativas e cristãs, que tratavam a questão social como de resolução da sociedade, por meio da criação de asilos, educandários e corporações profissionais.

No transcorrer da década de 1930, em virtude do crescimento das dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelo Brasil, o número de organizações não governamentais elevou-se consideravelmente. Este período foi marcado pela criação dos sindicatos e do fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e rurais (BNDES, 2001).

De acordo com Silva (2010) devido a incorporação de diversas organizações cujas naturezas não eram definidas, criou-se uma legislação específica para aquelas que tinham finalidade pública. Sendo assim, em 1935, através da Lei nº 91/1935, foi instituído o título de Utilidade Pública Federal, concedido às organizações que serviam desinteressadamente à coletividade.

No período em que foi aprovada a nova Constituição (1988), no âmbito de um amplo processo de mobilização social, que, entre outros, incorporou novos direitos socioeconômicos, particularmente na área trabalhista, a amplificação dos direitos de cidadania política, bem como estabeleceu os princípios da descentralização na promoção das políticas sociais. Em consequência a esses fatos, novas demandas e espaços de atuação institucional para as ONGs foram criados (BNDES, 2001).

De acordo com Gobbi (2017), as organizações do terceiro setor foram crescendo gradativamente, expandindo-se em vários segmentos, ganhando cada vez mais relevância no Brasil e podendo assim atender as necessidades sociais, no geral.

## 2.2 Aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos

Baseado nas afirmações de Niyama e Silva (2008), as demonstrações financeiras das instituições do terceiro setor apresentam alguns aspectos específicos. Dentre estes aspectos os autores apontam a nomenclatura do Patrimônio Líquido e do resultado da organização que se chamam respectivamente Patrimônio Social e déficit ou superávit.

De acordo com Slomski et al. (2017) afirmam que: “As políticas contábeis adotadas devem proporcionar informação relevante, confiável, comparável e compreensível. As entidades do terceiro setor devem realizar evidenciações de informações adicionais, quando as julgarem insuficientes para permitir que os usuários compreendam o impacto de determinadas transações e outros eventos”.

Freitag et al. (2014) declaram que o Balanço Patrimonial serve como elemento de partida, e apresenta a divisão do patrimônio em dois grandes grupos, Ativos e Passivos, de forma resumida e sistemática, e proporciona, ainda, abstrair outras informações além das patrimoniais, como a posição financeira a curtíssimo prazo e as variações do capital circulante líquido.

De acordo com Graziolli et al. (2015) a demonstração do resultado do período apresenta o resultado da gestão da instituição em dois períodos comparativos, segregando as operações próprias das operações em parcerias, sendo que a evidenciação completa das operações deve conter nas notas explicativas.

Imeton (2008), em sua dissertação apresenta esta demonstração como sendo a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, podendo ser denominada desde modo para as entidades do terceiro setor. A autora explica que a mesma retrata as operações realizadas pela instituição, durante o exercício social, apresentadas de forma a destacar o resultado líquido do período.

A NBCT 3.5 conceitua as demonstrações das mutações do patrimônio líquido como “a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da Entidade”.

De acordo com Freitag (2014), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é uma evidenciação indispensável para a gestão financeira das organizações do terceiro setor. Tendo em vista que é através dela que é possível verificar a mobilidade dos recursos disponíveis da organização. Outrossim, esta propicia a informação de liquidez a curtíssimo prazo e a variação da disponibilidade entre um período e outro,

proporcionando a prática de um estudo preditivo com base em inferências sobre a necessidade de caixa da entidade.

Segundo Slomski (2017), as notas explicativas têm por finalidade auxiliar os usuários a compreender as demonstrações contábeis e compará-las com as demonstrações contábeis de outras instituições.

### 2.3 Prestação de contas *accountability* das entidades do terceiro setor

Nos últimos anos, o terceiro setor vem se desenvolvendo devido ao aumento das entidades que o integram. As mesmas buscam pelo seu aprimoramento, profissionalização bem como possuir o domínio e a transparência de suas atividades (SANTOS; SILVA, 2008).

Oliveira (2009) elucida que existem dois tipos de prestações de contas: a prestação de contas financeira, que compreende à forma, ao destino, à distribuição e ao uso dos recursos financeiros, e a prestação de contas não financeira, que tem o foco nos resultados obtidos com a distribuição destes recursos.

Falconer (1999) declara que “*accountability* pode significar pouco mais do que a publicação de um relatório anual com dados de projetos e informações contábeis, mas também representa uma postura de responsabilidade que se exercita no cotidiano da gestão, frente a públicos internos e externos”.

Carneiro (2011) declara que os interessados nas informações da *accountability* podem estar tanto dentro quanto fora da organização, portanto essas informações podem interessar a toda comunidade. O autor elenca o governo como um dos principais interessado na prestação de contas das entidades do terceiro setor, dado que é a ele que a prestação de contas é direcionada em conformidade com a lei, com os contratos e convênios.

De acordo com Silveira (2007) a transparência na Contabilidade resulta da adequada evidenciação contábil que é desenvolvida através da prestação de contas das entidades à sociedade. Outrossim, o autor afirma que a transparência é percebida como um elo que vincula todas as perspectivas analisadas em termos de evidenciação, transferindo relevância à divulgação de informações fidedignas e completas que possibilita ao usuário visualizar toda a estrutura patrimonial da instituição como base de apoio à decisão.

### 3 MÉTODO DE PESQUISA

O procedimento técnico utilizado para esta pesquisa foi o estudo de caso múltiplo. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é um modo de pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos em seu contexto real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; quando existem mais variáveis de interesse do que pontos de dados; quando se baseia em várias fontes de evidências; e quando há proposições teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados.

Richardson et al. (2012, p. 54) declaram que “as enquetes proporcionam técnicas para estudar quaisquer coisas. Estas, em determinada enquete, são chamadas de unidades de análise. Em geral, a unidade de análise é uma pessoa, mas podem ser cidades, indústrias, escolas etc.”.

Para Yin (2001), uma unidade de análise corresponde a um caso. Pode ser um evento, uma entidade, um indivíduo, uma decisão, um programa, um processo de implantação de alguma coisa em uma organização ou uma mudança organizacional. Dentro desse contexto, a unidade de análise desta pesquisa corresponde a contabilidade e a transparência do terceiro setor. Assim, para estudar esse caso, selecionou-se quatro organizações concernentes ao terceiro setor, localizadas na cidade de Carlos Barbosa e Bento Gonçalves no Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com Richardson et al. (2012), o método qualitativo não aplica um instrumento estatístico como suporte no processo de análise de um problema, logo, não se propõe em medir ou numerar unidades ou categorias homogêneas.

#### 3.1 Coleta e análise de dados

Para a coleta de dados, o presente trabalho utilizou a técnica de entrevista semiestruturada, em que, conforme Marconi e Lakatos (2007), o entrevistador tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada.

De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos fundamentais, apoiados em teorias e hipóteses, que dizem respeito à pesquisa, e que em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do

informante. Sendo assim, o informante começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa.

Desta forma, para o levantamento de dados foi realizada uma entrevista individual, utilizando como meio facilitador de coleta de dados um gravador, sendo que o universo desta entrevista será quatro entidades enquadradas no Terceiro Setor, no qual o sujeito da pesquisa serão os profissionais do departamento administrativo-financeiro e a coordenadoria das entidades.

O roteiro de perguntas contém 18 questões abertas, que estão separadas em categorias abordando os temas: caracterização dos participantes e das entidades, aspectos relativos às práticas de contabilidade e à prestação de contas da organização e a contabilidade como instrumento de transparência, conforme Anexo I.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 28 de agosto e 25 de outubro de 2019, sendo que a primeira etapa foi fazer o contato com seis instituições, no qual apenas quatro organizações se dispuseram a participar da entrevista. A duração de cada entrevista foi de aproximadamente 17 minutos.

Na expectativa de interpretar os dados levantados, bem como compreender a problemática e os objetivos deste estudo, será utilizado o recurso da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011, p. 43), é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Os dados coletados foram organizados e transcritos em documento Word para melhor interpretação e análise. Por fim, estão apresentados por meio de evidências resgatadas a partir da aplicação das entrevistas semiestruturadas, relacionando-os com a fundamentação teórica e complementando-os com a análise da autora.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados que está subdividida em quatro tópicos, os três primeiros tópicos obedecem a estrutura do questionário aplicado, sendo: 6.1 Caracterização dos participantes e das entidades; 6.2 Aspectos relativos às práticas de contabilidade e à prestação de contas das organizações; 6.3 Contabilidade como instrumento de transparência.

A categoria inicial do instrumento aplicado é formada por questões de caracterização do respondente e da entidade. Neste sentido, primeiro são evidenciadas as características dos respondentes das organizações, no qual investigou-se o tempo de atuação na organização e qual o cargo exercido. Os dados coletados estão evidenciados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Características dos Respondentes

<b>Dados dos Entrevistados</b>		
<b>Entidade/ Respondente</b>	<b>Tempo que atua na organização</b>	<b>Cargo</b>
A/1	7 anos	Coordenadora
A/2	8 anos	Assistente Social
B/1	5 anos	Gerente Administrativo
B/2	7 anos	Auxiliar Administrativo
C/1	6 anos	Assistente Administrativo
D/1	13 anos	Presidente

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Esta pesquisa tencionou entrevistar os profissionais administrativo-financeiro e a coordenação das entidades, tendo em vista coletar informações relacionadas a contabilidade associada com a transparência da organização. Nota-se no quadro acima que a administração das entidades pesquisadas é formada por diversos cargos, sendo que apenas uma das instituições possui o cargo assessoria contábil.

Outrossim, verifica-se que o tempo de atuação desempenhada pelos profissionais favorece o andamento das suas atividades, visto que o período em que atuam na organização é um tempo que permite terem o conhecimento das particularidades da entidade.

As características organizacionais das quatro organizações participantes da amostra são apresentadas abaixo, no quadro 2, sendo que os aspectos investigados são: o tempo da existência da organização, a área de atuação, a quantidade de funcionários e voluntários.

Quadro 2 - Dados das Entidades

<b>Dados das Entidades</b>				
<b>Entidade/ Respondente</b>	<b>Tempo que a entidade existe</b>	<b>Área da Entidade</b>	<b>Quantidade de funcionários</b>	<b>Quantidade de Voluntários</b>
A/1	60 anos	Assistência Social	20	1
A/2	60 anos	Assistência Social	20	1
B/1	23 anos	Assistência Social	34	0
B/2	23 anos	Assistência Social	34	0
C/1	26 anos	Assistência Social	3	69
D/1	15 anos	Saúde /Assistência Social / Promotora do Voluntariado	6	39

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Todas as instituições pesquisadas possuem estrutura física adequada para exercer de maneira eficaz suas ações assistenciais à comunidade em que estão instaladas. Conforme os dados levantados, verifica-se que o menor tempo de existência é de 15 anos.

Vale salientar que as entidades A e B possuem o mesmo tipo de beneficiários, sendo eles: crianças e adolescentes. Estas organizações prestam serviço de contraturno escolar oferecendo oficinas de informática, musicalização, entre outros, ambas têm por objetivo prevenir e prestar serviços à comunidade com ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, promover vivências que estimulam o fortalecimento dos vínculos familiares, além de incentivar a socialização e a convivência comunitária.

A entidade C apesar de também atuar na área de assistência social, presta serviços de modo diferente. A mesma oferece atendimento socioassistencial, acompanhamento e orientações aos núcleos familiares em situação de fragilidade e vulnerabilidade, tendo em vista minimizar riscos, perdas e danos sociais através de subsídios como alimentação, gás, contas de água, luz, aluguel, entre outros.

À vista disto, justifica-se a discrepância entre a quantidade de funcionários e voluntários, no qual a entidade C apresenta apenas 03(três) funcionários e um número

considerável de 69 (sessenta e nove) voluntários, contra 20 (vinte) e 34 (trinta e quatro) funcionários e 1 (um) e nenhum voluntário nas organizações A e B respectivamente.

A entidade D presta atendimento à população em geral, com o objetivo de prestação de serviços de urgência e emergência da população, proteção e salvamento de vidas e bens no Município em que se instala. De acordo com o quadro acima esta enquadra-se em diversas áreas, o Presidente da entidade elucida: “Para conseguir arrecadar verbas a gente sempre se enquadra em vários locais e não só em um, mas basicamente hoje nos enquadrados na saúde, ou seja, se tiver que escolher um é saúde”.

Costa (2004) em sua tese constata que as organizações sociais investigadas atuam em mais de uma temática, e afirma que a maioria (81,5%) de sua pesquisa, desenvolvem as suas atividades na área de assistência social, o que está de acordo com a presente pesquisa.

Conforme Heckert (2001), A maioria das entidades do Terceiro Setor é mantida por contribuições voluntárias de simpatizantes, as quais são instáveis. E devido à escassez de recursos, não possibilitam ter muitos funcionários contratados em regime de dedicação exclusiva, por conseguinte se faz necessário recorrer ao trabalho de voluntários.

Para complementar a análise, as entrevistas foram inseridas no software NVIVO 12. A primeira ação foi gerar uma nuvem de palavras, para ver a dimensão da frequência delas. Como regra, estabeleceu-se que somente as 100 palavras mais mencionadas e agrupadas por semelhança, com 5 ou mais caracteres, seriam exibidas. Abaixo está a Figura 1, retratando a nuvem de palavras:



Como pode-se observar, a palavra mais mencionada em ambas entrevistas é “Entidade” com 22% e 25% de frequência, respectivamente, seguido por “Conta”, 14% e 12%, e “Governo”, 13% e 12%. É interessante que a palavra “Transparência” figura entre as menos frequentes, 6% e 7%, muito próximo da palavra “Recursos”. Em estudos futuros, sugere-se analisar com maior profundidade a relação Entidade x Conta x Governo e seu impacto na Transparência.

#### **4.1 Aspectos relativos às práticas de contabilidade e prestação de contas da entidade**

Na conjunção dos dados coletados nas entrevistas certifica-se que as empresas analisadas utilizam basicamente, os mesmos métodos de captação de recursos:

Conforme o respondente 1 da entidade A: “A gente tem carnês mensais que são doações de pessoas físicas e jurídicas, além de doações espontâneas de alimentos, e outros afins; A elaboração de projetos sociais que é onde a gente mais capta recursos; e os eventos que a gente faz, que são três eventos anuais. ”

De acordo com o respondente 1 da entidade B os métodos de captar recurso são:

Projetos basicamente, projetos enviados para o estado; projetos municipais (CONDICA); com a prefeitura nós temos bastante apoio; nota fiscal gaúcha que é estadual; na esfera federal um projeto pela Lei Rouanet; e estamos agora tentando buscar pelo ministério dos esportes pela Lei do incentivo ao esporte; também recebemos doações de empresas, algumas baseadas em projetos outras baseadas em filhos de funcionários e doações espontâneas também.

O respondente 1 da entidade C declara que:

Nós temos os termos de colaboração, convênios e programas. São então com a administração pública municipal via termo de colaboração; o governo do estado do Rio Grande do Sul é programa nota fiscal gaúcha; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que é o CONDICA, termo de colaboração, e o judiciário de Carlos Barbosa que é convênio, que é aquelas penas alternativas. Doações de pessoas físicas ou jurídicas. As pessoas físicas daí é contribuição social; doação em dinheiro realizada através dos sócios, os sócios a cada um ano eles fazem uma contribuição simbólica na verdade R\$2,00 por mês que dá R\$24,00 anuais. Contribuição espontânea daí são doações realizadas através dos municípios em geral, essas doações geralmente são roupas, alimento, móveis, fraldas. E pessoas jurídicas que são doações realizadas por empresas ou entidades, essas doações são geralmente em dinheiro, roupas, alimentos, produto de higiene pessoal.

E por fim o respondente 1 da entidade D resume que “poder público, as empresas, fórum e ações voluntárias dentro de ações voluntárias tem muita maneira de captar”.

Carneiro et al. (2006) em sua dissertação constatou que a grande maioria das OCIPS (Organização Civil de Interesse Público) investigadas, mantêm-se com orçamentos relativamente pequenos, provenientes principalmente, de doações feitas por pessoas físicas e jurídicas, eventos promovidos com o objetivo de arrecadar fundos, além das verbas governamentais que correspondem a grande maioria dos dados levantados.

Outrossim, destaca-se a importância dos trabalhos voluntários. Bettiol Jr (2005) afirma que o trabalho voluntário caracteriza como fonte de recurso para as instituições do terceiro setor, visto que representam uma espécie de doação para a organização. O serviço executado por voluntários são procedimentos necessários à execução dos objetivos sociais da entidade, caso não existissem, obrigariam a instituição a comprometer recursos financeiros para a contratação de funcionários ou prestadores de serviços.

Percebe-se a importância do serviço voluntário nas afirmações do respondente 1 da entidade C “a gente realiza o jantar beneficente que é todo realizado pelas voluntárias; o cinema para mulheres que é no mês de março alusivo ao mês da mulher que também é realizado por voluntárias; a administração do varejo do Festiqueijo realizadas por voluntárias; o brechó do bem também é realizada pelas voluntárias”.

Bettiol Jr (2005) recomenda que: “As instituições do terceiro setor deveriam reportar em suas demonstrações financeiras o valor respectivo ao tempo doado por voluntários na execução de atividades na entidade, tornando evidente, em termos monetários, essa forma de contribuição recebida da sociedade”.

O questionamento subsequente realizado para as entidades concerne se elas possuem um setor ou profissional de contabilidade, e constata-se que apenas uma das entidades dispõe de uma profissional contábil que trabalha juntamente com uma empresa terceirizada de contabilidade. As demais organizações utilizam-se de empresa terceirizada, ou seja, todas possuem um escritório contábil que elaboram suas contabilidades.

Na entidade C existe um processo para escolher qual será o escritório que realizará a contabilidade da organização, sendo que “No início do ano a gente faz três

orçamentos e aquele escritório que tiver o menor valor fará a contabilidade do mês todo ano com aquele valor orçado. E todo ano poderá mudar depende do orçamento que ele passar, a gente faz com três escritórios sempre e não é sempre o mesmo escritório que ganha”.

Com a presente pesquisa ganha-se ciência de que todas as organizações elaboram as demonstrações contábeis exigidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo elas: Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixas e Notas explicativas. Desse modo, a fim de aprofundar-se a respeito das práticas contábeis que são realizadas nas entidades investigou-se, se além destes procedimentos a instituição realiza mais algum controle contábil, o qual evidenciou que as instituições realizam diversos controles como planilhas em Excel, relatório de atividades, entre outros.

A entidade A realiza apenas controles de acordo com editais, conforme afirma a respondente 1: “Além destes todos quando é necessário efetuamos planilhas de acordos com editais de projetos”

Na entidade B o responsável por estes controles é a coordenadora, que neste estudo é intitulado respondente 1, que explica: “Sim para emitir essas informações a gente faz a prestação de contas mensal, então cada projeto está vinculado a uma conta bancária, cada conta bancária é feito todo o movimento pagamentos, saldo, enfim. Isso vai para o escritório de contabilidade todo mês, no qual é feito os lançamentos, resumindo a gente têm um controle mensal das entradas e saídas.”

O respondente 1 da entidade C explica:

A gente faz os relatórios anuais para o ministério da justiça, para secretaria dos estados, secretaria municipal e o conselho municipal. Esses relatórios, a gente faz aqui no caso eu faço assistente administrativo mando para escritório contábil para fazer a análise para ver se está tudo certo, eles fazem a análise e a gente encaminha. [...] isso é relatório de atividades para a gente ganhar as certidões de filantropia, certidão de ordem pública, então a gente encaminha para manutenção, para estar tudo regularizado dentro da lei.

Conforme Graziolli et al. (2015), “O relatório de atividades é um documento circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos no período da gestão, acompanhado de elementos que comprovem a efetiva realização, de acordo com as finalidades estatutárias da entidade”.

Além disso, o autor afirma que este relatório deve ser formulado para cada período de gestão ou exercício financeiro. Sendo que ele deve possuir linguagem acessível e abordar, por exemplo, os programas realizados, o número de pessoas beneficiadas, os meios utilizados para atingir as finalidades, como valores gastos, número de voluntários entre outros (GRAZIOLLI, et al. 2015).

Na entidade D o respondente declara:

Nós temos um site estadual, este site estadual a gente lança todas as ocorrências neste site, no qual é fechado para cada instituição voluntária cada um tem seu link. Nós somos associados a Voluntersul que é a associação de todas as corporações voluntária, ela fez um site que têm um monte de informações para cada instituição desde a pessoa (voluntário) que está trabalhando, as ocorrências e tudo mais. Também tem um campo da parte financeira da instituição onde também a gente lança, dentro das características que tem lá, esta parte contábil para pelo menos ter um apanhado geral do estado. Além é claro das planilhas em Excel isso é comum. [...] planilha em Excel têm várias.

A fim de iniciar o assunto sobre as prestações de contas questionou-se as entidades sobre quem as elabora, os resultados das respostas estão evidenciados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Profissional que elabora Prestação de Contas

<b>Entidade</b>	<b>Profissional</b>
A	Coordenadora / Escritório contábil
B	Coordenadora / Auxiliar Administrativo / Escritório contábil
C	Assistente Administrativo / Escritório Contábil
D	Assessora Contábil / Escritório Contábil

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Se faz relevante ter o conhecimento se existe a relação entre a gestão contábil e captação de recursos, e conforme a respondente 1 da entidade A “Sim, por meio da gestão é possível identificar quais as necessidades da captação de recursos”.

Conforme entidade C: “Sim, porque sem a contabilidade, sem tu prestar contas, tu não vais receber recursos, tu tens que estar sempre com as contas tudo em perfeita ordem para receber.”

O respondente da entidade D explica:

Essa integração precisa, inclusive a gente sempre quando vai buscar um recurso geralmente tem que ter um cadastro e esse cadastro quem faz é a Assessora contábil, afinal ela tem todas as informações. Aí tem uma pessoa específica para captação de recurso então eles se conversam até porque muitas vezes tu podes ir buscar um recurso que na prestação de contas a Assessora tem que saber como ela vai fazer, por exemplo tem lá R\$ 100.000

beleza consigo o recurso, e como é que vou prestar contas é voltado a que? Então preciso estar preparado.

Imeton (2008) esclarece que embora as instituições declararem que existe dificuldade em captar recurso, de acordo com a UNESCO existem recursos disponíveis. No entanto, devido à falta de conhecimento das organizações, elas enfrentam essas dificuldades e pelo fato de muitas não fazerem a devida prestação de contas, ficam impossibilitadas de pleitear novos recursos, ou seja, falta profissionalização e transparência ao setor, o que acaba prejudicando a captação de recursos.

O respondente descreve ainda um evento que ocorreu pela falta de comunicação das gestões contábeis: “Aconteceu um recurso que veio do governo federal ganhamos o recurso só que quando ele depositou o recurso ele depositou na conta errada e a prefeitura não pode repassar para nós ou seja se o contábil do deputado federal tivesse conversado com o contábil aqui da prefeitura, tinha dado certo assim não deu R\$100.000,00, mas foi investido em outras áreas aqui do município”.

Todas as instituições pesquisadas utilizam os resultados da contabilidade para a tomada de decisão. O respondente 1 da entidade A esclarece que: “Por meio da contabilidade então realizamos acompanhamento assim como identificamos as necessidades”.

Na Entidade C é realizado no início do ano uma assembleia geral ordinária, no qual faz-se a leitura do balanço patrimonial e através desta leitura o conselho fiscal, a contadora e a diretoria tomam a decisão para fazer o plano de ação para o outro ano, qual programa a gente vai fazer, qual projeto, aonde que vamos buscar recursos, como que vamos fazer para buscar recurso (RESPONDENTE 1).

Conforme o respondente 1 da entidade D “Tem um planejamento que a gente faz sempre, agora já comecei fazer pro ano que vem baseado totalmente na contabilidade e nós vamos começar agora o planejamento estratégico primeira vez que nós vamos fazer ano que vem voltados a decisões a curto prazo um ano e a longo prazo 5 anos e é todo olhando para contabilidade. ”

De acordo com Costa et al. (2015), “Em geral, as decisões empresariais, são tomadas com base em informações geradas pela contabilidade”.

Conforme Oliveira (2009), “A contabilidade tem sido utilizada como uma ferramenta de gestão, pois a partir de informação, por ela fornecida, é tomada decisões e caminhos seguidos”.

## 4.2 Contabilidade como instrumento de transparência

Neste tópico apresenta-se questões que buscam compreender a função que a contabilidade exerce no processo de transparência das entidades, sendo assim indagou-se sobre como as entidades se comunicam com o Governo e sociedade relativamente à gestão de recursos e através das respostas levantadas constatou-se que os meios de interação adotados por elas são: prestação de contas; site de transparência, através dos demonstrativos contábeis e relatórios de atividades.

De acordo com o respondente da entidade D, essa comunicação se dá por meio das mídias sociais, visitas na câmara de vereadores e mensalmente a entidade presta conta para prefeitura, fórum, ministério do trabalho, Voluntersul, entre outros (RESPONDENTE 1).

Para o respondente 1 da entidade B a comunicação é através de reuniões, visitas na prefeitura, na assistência social e nas empresas. Conforme o respondente:

Passamos por um momento de crise, onde a gente teve que buscar manter alguns serviços, então fomos visitar empresas no qual sempre acaba tendo um resultado bom, porque o nosso trabalho é reconhecido pela comunidade, pela seriedade, pela preocupação que a gente tem com as crianças, a gente atende a 430 crianças que é um número significativo. Então a gente tem um respaldo pela qualidade e importância do nosso trabalho e a gente acaba também tendo apoio das empresas. O terceiro setor trabalha com buscar recursos para manter o serviço diferente de uma empresa do segundo setor que tu vais visar o lucro. O importante é acabar no zero a zero entrou R\$ 100,00 tem que investir R\$ 100,00 no serviço que foi discriminado.

Paiva (2009), em seu trabalho verificou a importância da comunicação organizacional eficaz, visto que é através desta que a organização garante a divulgação do trabalho realizado por ela consolidando uma imagem junto à comunidade e consequentemente melhorando o relacionamento com diferentes públicos.

Quando questionado o respondente 1 da entidade B se nestas visitas os possíveis doadores pedem acesso à informação contábil sua resposta foi positiva, possibilitando assim compreender a importância das prestações de contas, pois em conjunto com uma administração eficaz possibilita a continuidade da organização, visto que é um mecanismo que oportuniza a conquista de novos doadores.

O próximo questionamento referiu-se sobre para quem é direcionada a prestação de contas da entidade e observa-se que, as entidades A, B e C direcionam suas prestações de contas para a diretoria, para quem foi o financiador do recurso e para a comunidade, ou seja, por essas respostas percebe-se que as prestações de contas

possuem o papel de gerenciamento das instituições e *compliance*: que significa um conjunto de disciplinas a fim de cumprir e se fazer cumprir as normas legais e regulamentares.

Milani (2008) afirma que as empresas privadas, os órgãos governamentais e as organizações de fomento social evidenciam exigências crescentes com relação às informações prestadas pelas entidades beneficiadas com recursos doados. Sendo assim, os gestores passam a vivenciar novos termos como evidenciação (*disclosure*), prestação de contas (*accountability*), equidade (*fairness*) e conformidade legal (*compliance*), e são estimulados ou até mesmo pressionados a adaptarem as respectivas estruturas organizacionais e a demonstrarem, através de relatórios auditáveis, eficiência e eficácia.

Para a entidade D o respondente 1 afirma que: “A gente usa a prestação de contas para conseguir algo a mais” e explica que tanto o poder público quanto as empresas não querem ser 100% os doadores, eles analisam o desempenho e o que a entidade faz para obter mais recursos. Ainda para o respondente: “O principal de tudo é para ter credibilidade a partir do momento que nós tivermos um problema de prestação de contas para a comunidade nós vamos perder a credibilidade da corporação e vai demorar para ganhar de novo então a prestação de contas para nós, além de conseguir mais, é muito para manter a credibilidade”.

Os dados levantados mostraram que todas as organizações consideram que a prestação de contas é importante para obter recursos.

De acordo com o respondente 1 da entidade A: “Sim, esta inclusive é a condição para ter continuidade no recebimento dos recursos”.

Conforme o respondente da entidade D:

Se eu não prestar contas para prefeitura por exemplo mês que vem eu não recebo nem R\$1,00, se eu não prestar contas para o fórum no próximo ano eu estou fora da inscrição para participar, para nós é tudo porque as ocorrências, a imprensa só divulga se deu 100 ou 1000 tem problema nenhum agora os valores financeiros é dinheiro meu é dinheiro teu.

Considerando a relevância da transparência para as entidades do terceiro setor buscou-se compreender qual a importância desta na opinião dos entrevistados e o respondente 1 da entidade D afirma:

A credibilidade é a palavra mais forte, pois tu mostra a seriedade que tu tem e com isso tu ganha esse respeito. Além do mais isso eu to falando das portas para fora das portas por dentro é pra conseguir manter a corporação, pois se tu não tem controle financeiro... hoje a corporação mais ou menos por ano ela gira em torno de R\$ 600.000,00 com investimentos e tudo mais então imagina R\$ 600.000,00 mil reais sem administração como é que tu vai fazer é indispensável.

Conforme os respondentes 1 da entidade A: “A Transparência então ela possibilita o acompanhamento dos investimentos realizados bem como os processos de trabalho se estão de acordo com o objetivo da entidade.”

Para o respondente 1 da entidade B: “Eu acho que a transparência é básica, que tanto na captação e destinação de recurso como nos serviços prestados acho que a gente trabalha numa vitrine e tem que ser assim”.

O respondente da entidade C: “é importante pois a entidade obtém recursos este sendo do setor público a transparência é fundamental para que a comunidade de forma geral tenha ciência de que os recursos estão sendo revestidos para ela em forma de serviços”.

Para Faria e Rego (2014), a transparência é uma característica que as entidades necessitam alcançar, pois é através dela que se torna possível construir uma boa imagem além de atuar com credibilidade junto aos parceiros.

Na opinião de Silva (2010), a contabilidade pode auxiliar como principal ferramenta de gestão e controle na gestão dos recursos financeiros utilizados pelas organizações do terceiro setor, outrossim, a informação contábil é um instrumento relevante para a tomada de decisão e evidenciação das responsabilidades das organizações perante a sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo permitiu observar que as organizações do terceiro setor possuem particularidades que as diferencia das organizações dos demais setores, em relação à finalidade, gestão e origem de recursos, contudo essas entidades estão sujeitas a obrigações de maneira a garantir a sua continuidade.

Percebe-se que as organizações do terceiro setor basicamente obtêm recursos através de doações de pessoas físicas e/ou jurídicas; eventos; pelos órgãos governamentais, e por meio dos serviços voluntários.

Para obter esses recursos, as organizações necessitam apresentar uma série de documentos, entre eles, as demonstrações contábeis supracitadas; relatórios de atividades e; informações bancárias. Pode-se afirmar que, as entidades precisam prestar contas e apresentar de que forma gerenciam os recursos a fim de conquistar apoiadores para sua missão.

Outrossim, com a presente pesquisa constatou-se que a gestão contábil possui relação com a captação de recursos das organizações, principalmente em projetos governamentais, que possuem as exigências distintas quanto às prestações de contas.

Identificou-se que a atuação do profissional contábil nestas entidades ainda é deficiente, tendo em vista que apenas uma das instituições pesquisadas possui um contador atuante na organização.

Evidencia-se que a transparência é elemento essencial para as organizações do terceiro setor para que conquistem seus financiadores, e obtêm preferências nas doações de pessoas jurídicas e/ou físicas. Nota-se que um fator predominante para o sucesso dessas organizações é a credibilidade que passam para a comunidade em que se instalam, sendo indispensável possuírem uma comunicação eficaz junto à comunidade visando garantir a divulgação do trabalho realizado. À vista disso, uma sugestão é aplicar esse estudo aos doadores, a fim de perceber a importância dos relatórios contábeis influenciam as doações

## REFERÊNCIAS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Terceiro setor e desenvolvimento social**. Relato Setorial no 3, 2001. Disponível em: < [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Edição 70, 2011.

BETTIOL JUNIOR, Alcides. **Formação e Destinação do Resultado em Entidades do Terceiro Setor: um Estudo de Caso**. 2005. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo - FEA/USP, São

Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08062005-100309/pt-br.php>> Acesso em: 19 de maio de 2019.

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. NBC T 10.16

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.026 de 15 de abril de 2005.

BRASIL, Decreto nº 119-a, de 7 de Janeiro de 1890.

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL, Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916.

BRASIL, Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.5.** Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t35.htm>>. Acesso em: 30 de julho 2019.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza **Terceiro setor:** gestão e controle social. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas., OLIVEIRA, Deyvison de Lima.; TORRES, Luciene Cristine. (2011). **Accountability e a prestação de contas das organizações do terceiro setor:** uma abordagem à relevância da contabilidade. Sociedade, contabilidade e gestão, 6(2), 90-105 Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/view/1206/1142>>. Acesso em: 15 de março de 2019.

CARNEIRO, Wanderley. et al. **Terceiro Setor:** Estudo Diagnóstico Voltado para o Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos em 100 ONGs na Cidade de São Paulo. São Paulo: 2006. Disponível em: <[http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/18.pdf](http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/18.pdf)>. Acesso em 06 de abril de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.**3. ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro\\_Principios-e-NBCs.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf)> Acesso em: 15 de março.

COSTA, Beatriz Morem da; **Capital Social e Organizações do Terceiro Setor em Porto Alegre.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgs/userfiles/file/Tese%20Beatriz.pdf>>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

COSTA, Patrícia de Souza et al. **Utilização de Instrumentos Contábeis e Gerenciais por Entidades do Terceiro Setor.** Minas Gerais, 2015. Disponível em:

<[http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/1-3124-3125\\_utilizacao\\_de\\_instrumentos\\_contabeis\\_e\\_gerenciais.pdf](http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/1-3124-3125_utilizacao_de_instrumentos_contabeis_e_gerenciais.pdf)>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

FALCÃO, Joaquim. **Democracia, Direito e Terceiro Setor**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão**. São Paulo: 1999. Disponível em: <[http://www.lasociadacivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres\\_falconer.pdf](http://www.lasociadacivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres_falconer.pdf)> Acesso em: 28 de abril de 2019.

DE FARIA, Juliano Almeida; DA SILVA REGO, André Lourenço. **TRANSPARÊNCIA NAS ENTIDADES RELIGIOSAS: Um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na paróquia senhor do bonfim**. Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP (Descontinuada), [S.l.], v. 4, n. 1, p. 267-300, dez. 2014. ISSN 2237-907X. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/457/367>>. Acesso em: 16 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.25247/2237-907x.2014v4n1.p267-300>.

FREITAG, Viviane da Costa. et. al. **Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos: Teoria e prática**. 1ª ed. Curitiba: InterSaber, 2014.

GOBBI, Jossué Berçan. et. al. **A utilização das informações contábeis no processo de gestão das empresas de terceiro setor da cidade de venda Nova do Imigrante – ES**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/63416.pdf>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

GRAZZIOLI, Airton. et al. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social**. Brasília: CFC, FBC, Profis, 2015. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo\\_MTS\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf)> Acesso: 15 de março.

GUIMARÃES, Luciano Sathler Rosa. **Governança no Terceiro Setor: Estudo Descritivo-Exploratório do Comportamento de Conselhos Curadores de Fundações Empresariais no Brasil**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/V3904302a308.pdf>> Acesso em: 26 de maio de 2019.

HECKERT, Cristiano Rocha; **Qualidade de serviços nas organizações do terceiro setor**. São Paulo, 2001. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-15122006-181816/publico/Dissertacao\\_Mestrado\\_Cristiano\\_Heckert.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-15122006-181816/publico/Dissertacao_Mestrado_Cristiano_Heckert.pdf)>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

IMETON, Lucina da Silva; **A contribuição da Contabilidade ao Processo de**

**Gestão de uma Organização do Terceiro Setor: O caso da IDES.** Florianópolis, 2008. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91127/255275.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 de julho de 2019.

MILANI, Carlos Roberto Sanches. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

MONSER, Neusa Teresinha Ballardin; SOUZA, Marcone Hahan de. et al. **Terceiro Setor: Guia de orientação para o profissional de contabilidade.** Porto Alegre: Evangraf, 2018. Disponível em: <[http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro\\_3setor.pdf](http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf)> Acesso em: 15 de março.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva; **Uma Investigação sobre a prestação de contas das Entidades Do terceiro Setor no Brasileiro.** Recife, 2009. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4961/1/arquivo1610\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4961/1/arquivo1610_1.pdf) >. Acesso em 01 de agosto de 2019.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários.** 9. Ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PAIVA, Leticia Carpane de 2009, p.3 Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG). **“Os desafios da Comunicação no Terceiro Setor: um estudo de caso da Fundação Ricardo Moysés Júnior”.**

RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3ª Ed. revista ampliada. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

SANTOS, Patrícia Cardoso dos; SILVA, Maria Edna Manguieisa da. **O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do terceiro setor.** Revista Brasileira de Contabilidade. Março/abril 2008-nº170, p.35-46. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/789/514>> Acesso em: 15 de março.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. **Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n6/a03v44n6.pdf>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

SILVEIRA, Douglas da. Evidenciação Contábil de Fundações Privadas de Educação e Pesquisa: **Uma Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis de**

**Entidades de Santa Catarina.** Florianópolis, 2007. 133p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SLOMSKI, Valmor. et. al. **Contabilidade do Terceiro Setor:** Uma Abordagem Operacional Aplicável Às Associações, Fundações Partidos Políticos e Organizações Religiosas. São Paulo: Atlas, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.